Revista Poíesis Pedagógica

Ano 2025 – Jan./Dez.
Volume 23, e2025014
Páginas 1–14
ISSN 2178-4442
10.69532/2178-4442.v23.74847

Artigo Original

Gestão democrática: ações e desafios na educação do município de Itacoatiara/Amazonas

Democratic management: actions and challenges in education in the municipality of Itacoatiara/Amazonas

Gestión democrática: acciones y desafíos en educación en el municipio de Itacoatiara/Amazonas

Luís Paulo da Silva Lima
Universidade Federal do Amazonas
Elinária Gurgel da Silva
Universidade Federal do Amazonas
Flávia Fernanda Santos Silva
Universidade Federal do Amazonas

Resumo
A gestão democrática é um princípio definido na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/1996. Assim, o objetivo deste trabalho é investigar a participação da comunidade escolar na elaboração do Projeto Político Pedagógico, bem como observar a percepção dos gestores escolares acerca do princípio da gestão democrática. A pesquisa, de natureza qualitativa, foi realizada em 19 escolas municipais urbanas do município de Itacoatiara/AM. Os dados foram coletados por meio de um questionário aplicado aos gestores/as e, posteriormente, analisados com base nos referenciais que definem os princípios da gestão democrática. Os resultados mostram que, embora todas as escolas possuam o PPP e a maioria tenha conselhos escolares, há desafios significativos a serem superados, tais como as afirmações de falta de tempo dos profissionais, além de maior envolvimento da comunidade.
Palavras-chave: Educação; Gestão democrática; Desafios; Escolas municipais.

Abstract
Democratic management is a principle defined in the Federal Constitution of 1988 and in the Law of Guidelines and Bases of National Education, nº 9.394/1996. Thus, the objective of this study is to investigate the participation of the school community in the elaboration of a Pedagogical Political Project, as well as to observe the perception of school administrators regarding the principle of democratic management. The research is of a qualitative nature, and was conducted in 19 urban municipal schools in the municipality of Itacoatiara/AM. The data were collected through a questionnaire applied to the administrators, and later analyzed based on references that define the principles of democratic management. The results show that although all schools have their Pedagogical Political Project, and most have school councils, there are significant challenges to be overcome, such as the alleged lack of time, stated by their professionals, in addition to greater involvement of the community.
Keywords: Education; Democratic management; Challenges; Municipal schools.

Resumen
La gestión democrática es un principio definido en la Constitución Federal de 1988 y en la Ley de Directrices y Bases de la Educación Nacional, nº 9.394/1996. Así, el objetivo de este trabajo es investigar la participación de la comunidad escolar en la elaboración del Proyecto Político Pedagógico, así como observar la percepción de los directivos escolares respecto del principio de gestión democrática. La investigación, de carácter cualitativo, fue realizada en 19 escuelas municipales urbanas del municipio de Itacoatiara/AM. Los datos fueron recolectados a través de un cuestionario aplicado a directivos y posteriormente analizados con base en los referentes que definen los principios de la gestión democrática. Los resultados muestran que, si bien todas las escuelas cuentan con el PPP y la mayoría cuenta con consejos escolares, existen importantes desafíos por superar, como la falta de tiempo de los profesionales, así como una mayor participación comunitaria.
Palabras clave: Educación; Gestión democrática; Desafíos; Escuelas municipales.

CC BY
OPEN ACCESS

1. NTRODUÇÃO

A gestão democrática é um dos princípios estabelecidos no artigo 206 da Constituição Federal de 1988 e referendada pelo artigo 3 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9.394/1996). Os princípios da gestão democrática estão definidos no artigo 14 da LDB, tal como se pode observar no texto do documento:

> Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:
>
> I–participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
>
> II–participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Percebe-se que a participação da comunidade escolar é um princípio fundamental, embora as redes de ensino tenham autonomia para agir conforme as suas especificidades, mas não estão desobrigadas de incentivar essa participação. Na análise de Carneiro (2018):

> A participação dos professores, especialistas e comunidade escolar em geral na elaboração do projeto pedagógico da escola e o congraçamento participativo em colegiados diretivos escolares funcionam como balizamentos desta "utopia concreta" da gestão democrática no âmbito das instituições públicas (Carneiro, 2018, p. 289).

Fala-se em utopia, pois sabe-se que o princípio da gestão democrática ainda não é praticado em sua plenitude nos espaços escolares e exige-se, inclusive em caráter normativo, que ele seja reforçado enquanto práxis escolar.

Nesse sentido, este trabalho se propôs a investigar a participação da comunidade escolar na elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) e nos conselhos escolares, bem como observar a percepção dos gestores escolares acerca do princípio da gestão democrática no âmbito das escolas públicas municipais da zona urbana de Itacoatiara/AM.

Antes da realização da pesquisa, a hipótese era de que a escolha do gestor/a escolar na rede pública municipal de Itacoatiara, ocorria por indicação política, haja vista que a LDB dá autonomia às redes de ensino de como realizá-la. Desse modo, os problemas em torno da escolha do/a gestor/a, no Brasil, ainda é uma questão muito comentada, a exemplo de Santos e Prado (2018), que destacam as críticas existentes sobre o tema e ainda dos benefícios de quando esse princípio é praticado pela comunidade escolar:

> Não há um consenso quanto a melhor forma de provimento do gestor escolar, sendo que todas as formas presentes no Brasil têm suas críticas, no entanto, a eleição ainda é a forma que permite uma maior participação democrática na escolha do gestor e se complementada a outra forma como a prova, possibilitará tanto aferir a liderança política do candidato como seu conhecimento técnico (Santos; Prado, 2018, p. 66).

Sendo assim, embora desde a redemocratização do país a compreensão de gestão democrática do ensino público tenha conquistado espaços de discussão no Brasil, ainda há resistências políticas nas redes de ensino quanto à descentralização das decisões no espaço da escola.

Com base nessa realidade, esta pesquisa foi pensada mediante as discussões desempenhadas durante a disciplina de Política, Gestão e Legislação da Educação Básica do curso de Pedagogia da UFAM, campus Icet/Itacoatiara, a partir das dificuldades e perspectivas do contexto amazônico em relação à gestão escolar. Posteriormente, com a necessidade de conhecer essa realidade mais de perto, foi elaborado um documento para a Secretaria Municipal de Educação (SEMED), de modo que fosse autorizada a realização de questionários junto aos gestores/as das escolas da rede. Após a autorização, foi aplicado um questionário com 21 questões, com gestores/as das escolas municipais participantes. Na ausência destes, o questionário foi respondido pelo pedagogo(a) da escola.

Para melhor entendimento do trabalho, nas próximas seções serão apresentadas a metodologia, seguido dos resultados e discussão, nos quais se apresentam considerações sobre o PPP, sobre o Conselho Escolar e aspectos sobre a Gestão Democrática, a partir da realidade do município de Itacoatiara no estado do Amazonas. Ao final, apresentam-se as considerações finais, seguidas das referências utilizadas nesta pesquisa.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de campo, com abordagem qualitativa, em que se utilizou como técnica de coleta de informações um questionário semiestruturado, composto por 21 questões, buscando investigar a participação dos profissionais da educação na elaboração do PPP e a participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

O questionário foi aplicado a gestores/as ou pedagogos/as das 19 escolas públicas municipais urbanas de Itacoatiara que, aqui, estão identificadas por nomes de peixes amazônicos para preservar a identidade dos entrevistados/as. Os dados coletados foram tabulados e apresentados em gráficos do Excel, sendo posteriormente discutidos a partir das teorias e práticas educacionais vigentes.

O Quadro 1 mostra os nomes pelos quais identificaremos a escola e o gestor/a, bem como as etapas de ensino atendidas por cada uma delas.

Quadro 1 – Escolas pesquisadas.

Escola	Gestor	Etapa de Ensino
Pirarucu	Gestora 01	Pré-escola/Ensino Fundamental Anos Iniciais/Ensino Fundamental Supletivo
Curimatã	Gestora 02	Ensino Fundamental Anos Iniciais
Tucunaré	Gestor 03	Ensino Fundamental Anos Finais/ Ensino Fundamental Supletivo
Tambaqui	Gestora 04	Pré-escola
Jaraqui	Gestora 05	Educação Infantil
Pacu	Gestora 06	Pré-escola/ Ensino Fundamental–Anos Iniciais e Finais/ Ensino Fundamental – Supletivo
Aruanã	Gestora 07	Pré-escola/ Ensino Fundamental–Anos Iniciais e Finais
Piranha	Gestora 08	Pré-escola/ Ensino Fundamental–Anos Iniciais e Finais
Matrinxã	Gestora 09	Pré-escola/ Ensino Fundamental–Anos Iniciais
Surubim	Gestora 10	Pré-escola/ Ensino Fundamental–Anos Iniciais
Piraíba	Gestora 11	Pré-escola/ Ensino Fundamental–Anos Iniciais

Aracu	Gestora 12	Educação Infantil
Candiru	Gestora 13	Educação Infantil
Traíra	Gestora 14	Pré-escola/ Ensino Fundamental–Anos Iniciais
Mapará	Gestora 15	Educação Infantil/ Ensino Fundamental–Anos Iniciais
Acari-bodó	Gestor 16	Pré-escola/ Ensino Fundamental–Anos Iniciais
Dourada	Gestora 17	Educação Infantil
Peixe-boi	Gestora 18	Pré-escola/ Ensino Fundamental–Anos Iniciais
Mandi	Gestora 19	Pré-escola/ Ensino Fundamental–Anos Iniciais

Fonte: elaborado pelos autores.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

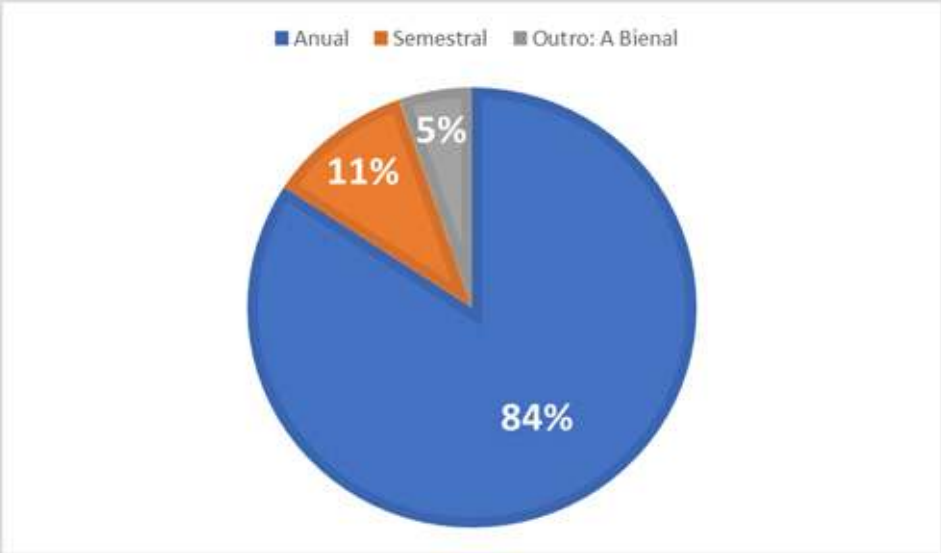
Conforme o artigo 14 da LDB, a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola é um princípio importante em relação a uma construção coletiva. Planejamento, plano e projeto podem ser compreendidos de diferentes formas pela comunidade escolar e, quando os traços do autoritarismo prevalecem, o PPP tende a ser mera burocracia, sendo ineficaz na concretização da escola coletiva.

Padilha (2007, p. 29), nos lembra que esses termos, durante o regime autoritário do golpe militar de 1964, foram utilizados no sentido autocrático: "Toda decisão política era centralizada e justificada tecnicamente por tecnoburocratas à sombra do poder". Por isso, o planejamento do projeto pedagógico precisa ser um processo de tomada de decisões coletivas.

A construção coletiva do PPP está diretamente ligada à gestão democrática, pois quando profissionais da educação e comunidade escolar participam de sua construção, eles têm melhores condições de implementar e avaliar esse projeto. Essa construção deve contemplar qual tipo de educação se buscar ofertar, que tipo de aluno/cidadão se deseja formar e para qual projeto de sociedade.

Sendo assim, com base no questionário aplicado, constatou-se que todas as 19 escolas visitadas possuem o PPP e, segundo os/as gestores/as, o seu conteúdo foi discutido em reuniões, das quais participaram os/as gestores/as e professores/as. Em 16 escolas, houve também a participação dos pais de alunos e, em apenas 4 escolas, representantes de alunos/as participaram da elaboração do PPP. Isso em razão da faixa etária dos alunos/as, pois a maioria dessas escolas atende somente o ensino fundamental I. Em 84% das escolas, o PPP é revisado e atualizado anualmente e, nas demais, a revisão é semestral ou bienal, conforme o Gráfico 1.

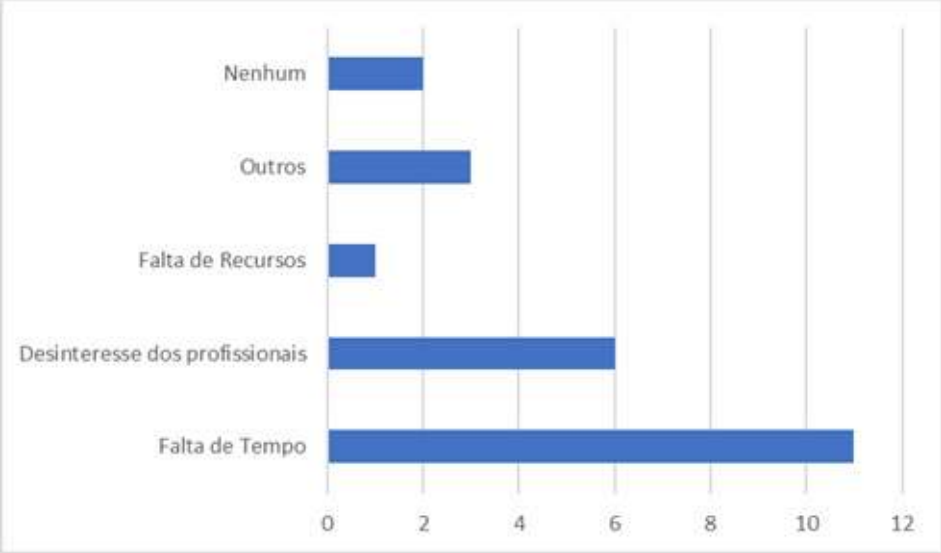
Gráfico 1 – Frequência de Revisão e Atualização do PPP.



Fonte: Elaborado pelos autores da pesquisa (2024)

Sobre as dificuldades que os/as gestores/as enfrentam na inclusão dos profissionais da educação no processo de elaboração do PPP, no Gráfico 2, observa-se que se destacam a falta de tempo e o desinteresse dos profissionais da educação.

Gráfico 2 – Desafios enfrentados na Elaboração do PPP.



Fonte: Elaborado pelos autores da pesquisa (2024)

Sobre essa questão do desinteresse dos/as professores/as na elaboração do PPP, nos chamou a atenção o seguinte relato do gestor 03 da escola Tucunaré: "A gente reúne, escreve, imprime e entrega para o professor e pede sugestões, agora me pergunta se eles leem? É um problema que talvez vocês enfrentem na UFAM, os professores não querem ler."

Embora o gestor tenha feito essa afirmação, os dados da 5ª edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, realizada entre 2019 e 2020, pelo Instituto Pró-Livro, revelou que 80% dos/as pro-

fessores/as entrevistados/as se declararam leitores[1] (Failla, 2020). E, quando se considera o recorte da região Norte, esse percentual é ainda maior, chegando a 92%.

Sendo assim, embora a Bíblia tenha sido o título mais citado como obra lida entre os/as entrevistados/as, esse dado sugere que o problema da dificuldade de inclusão dos profissionais da educação no processo de elaboração do PPP, não se restringe à não leitura do material, mas a outras questões ligadas à organização e ao próprio conhecimento da importância do documento.

Outro fator, é o custo dos livros no Brasil, que não são baratos e, segundo um estudo de 2015 realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), apenas 54% dos/as professores/as da região Norte possuem renda *per capita* domiciliar de três salários mínimos ou mais, conforme mostra a Tabela 1.

Tabela 1 – Renda *per capita* domiciliar, dos professores da região Norte, em múltiplos do salário mínimo vigente (2015) (Em %).

Região e local de domicílio		Professores				
		Até 0,24	0,25 a 0,49	0,5 a 1,49	1,5 a 2,9	3 e mais
Norte	Metropolitano	5,2	3,0	30,4	32,6	28,9
	Urbano não metropolitano	2,7	2,5	41,3	35,4	18,1
	Rural	2,8	13,3	51,5	26,3	6,0

Fonte: IBGE (2015).

Para Almeida (2001, p. 3), o hábito da leitura está diretamente ligado "a questões sociais, econômicas, políticas e culturais, e grande parte das crianças brasileiras têm o primeiro contato com os livros e a leitura somente na escola", e isso reflete na vida escolar, formação acadêmica e atuação profissional dos/as professores/as oriundos das classes mais baixas.

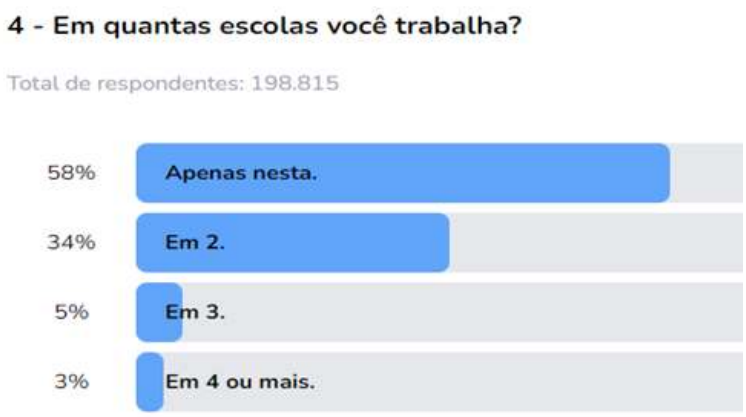
Em relação à falta de tempo, Padilha (2007) comenta:

Sabemos que planejamento não é uma tarefa fácil. Conhecemos as dificuldades ("não temos tempo", "não temos pessoal qualificado", "a burocracia é tanta" ...), as resistências ("já fizemos isso e não deu certo", "nossa escola já tem projeto", "sem salário não dá" ...), os limites e obstáculos (comodismo, imediatismo, formalismo)" (Padilha, 2007, p. 73).

A carga horária de trabalho dos/as professores/as deve ser levada em consideração, pois, segundo o questionário do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), de 2019, 42% dos professores trabalham em duas escolas ou mais, conforme apontado no Gráfico 3.

1 Nesta pesquisa, considerou-se leitora, a pessoa com 5 anos de idade ou mais que respondeu ter lido um livro ou parte de um livro nos últimos três meses.

Gráfico 3 – Em quantas escolas os professores atuam.



Fonte: https://qedu.org.br/questionarios-saeb/professores/7-brasil

O esforço empreendido pelos docentes da educação básica brasileira no exercício de sua profissão[2], é caracterizado pelo indicador de esforço docente, atualmente fornecido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Nesse sentido, é importante destacar que a nomenclatura "esforço" se relaciona a não dedicação exclusiva do professor a uma única escola, o seu esgotamento pela quantidade de aulas que aplica e, ainda, pelo número de escolas em que trabalha etc.

3.1. Conselho escolar

Os conselhos escolares são importantes para a participação popular democrática no processo de tomada de decisões no âmbito escolar. Nas reuniões do conselho, os profissionais da educação e comunidade escolar podem dialogar e decidir sobre assuntos administrativos e pedagógicos, conforme destaca Antunes (2002):

O Conselho de Escola é um colegiado formado por todos os segmentos da comunidade escolar: pais, alunos, professores, direção e demais funcionários. Através dele, todas as pessoas ligadas à escola podem se fazer representar e decidir sobre aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos (Antunes, 2002, p. 21).

Nessa perspectiva, na seção 3 do questionário aplicado aos gestores/as, buscou-se investigar a participação da comunidade escolar e local, em conselhos escolares, grêmios estudantis ou equivalentes. Nesse sentido, o gestor 03 da escola Tucunaré explicou a situação das escolas estatuais que extinguiram as Associações de Pais, Mestres e Comunitários (APMC) e criaram os conselhos escolares. Mas, em se tratando da rede municipal, o processo é diferente, na medida em que foi mantida a APMC, além da criação dos conselhos escolares.

Além disso, em algumas escolas, pôde-se perceber o desconhecimento dos/as gestores/as sobre o conselho escolar. A exemplo disso, a Escola Tambaqui, quando questionada sobre a existência do conselho escolar, a gestora 04 (interina) foi perguntar à secretária da escola se existia ou não o conselho escolar. Sobre a situação dos conselhos escolares, o Gráfico 4 mostra que, em 84% das escolas, há o conselho escolar e, nas demais, existe apenas a APMC.

2 28 Nota técnica do Inep nº 39/2014.

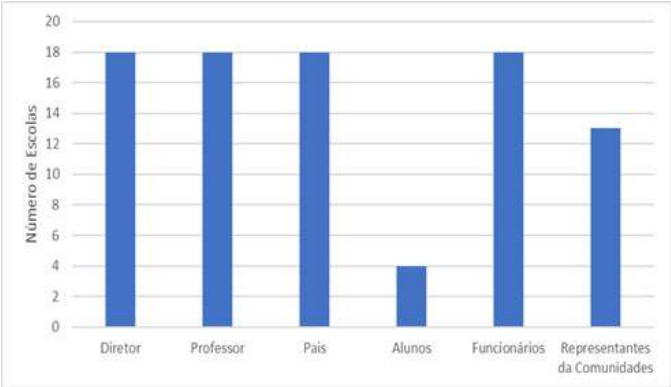
Gráfico 4 – Conselho Escolar.



Fonte: Elaborado pelos autores da pesquisa (2024)

Os/as gestores/as, professores/as, funcionários/as e pais são membros do conselho em 18 escolas e os representantes da comunidade fazem parte do conselho em 13 escolas. Apenas em 4 escolas foram localizados representantes dos/as alunos/as, conforme mostrado no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Membros do conselho escolar.



Fonte: Elaborado pelos autores da pesquisa (2024)

Os conselhos escolares, em média, reuniram-se duas vezes neste ano. Em nove escolas, as decisões do conselho são tomadas por votação; já oito escolas adotam o consenso e, em duas escolas, a diretoria decide após consulta.

O Gráfico 6 mostra os principais temas discutidos nas reuniões do conselho escolar:

Gráfico 6 – Principais temas discutidos nas reuniões do Conselho Escolar.

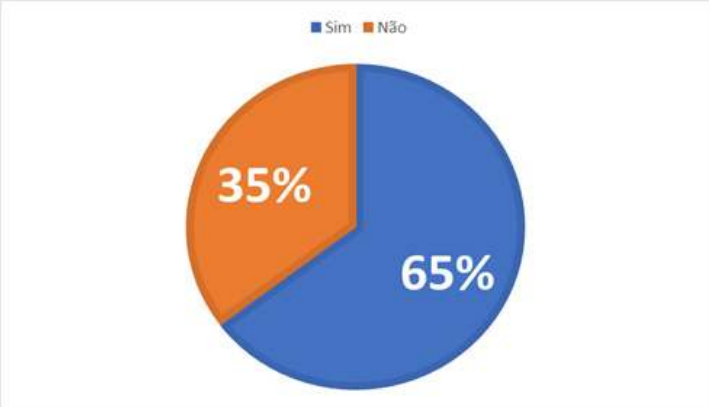


Fonte: Elaborado pelos autores da pesquisa (2024)

De acordo com o Gráfico 6, podemos perceber que, em apenas metade das escolas, o conselho escolar discute temas relacionados à comunidade local. Nos relatos dos/as gestores/as, a maioria sente falta da participação da comunidade na escola, sendo que, um dos principais motivos em que a comunidade é convidada para ir à escola diz respeito à divulgação de notas e de comportamento dos/as alunos/as.

Outra pergunta foi feita em relação à função deliberativa do conselho escolar. Conforme apresentado no Gráfico 7, em 11 escolas, cerca de 65%, o conselho escolar tem função deliberativa, enquanto nas demais ele possui natureza consultiva. No gráfico abaixo, observa-se com maior precisão o percentual dessa informação:

Gráfico 7 – O Conselho tem função deliberativa?



Fonte: Elaborado pelos autores da pesquisa (2024)

Nesse sentido, Antunes (2002, p. 22), problematiza que "o Conselho de natureza consultiva, como o próprio nome diz, não toma decisões; apenas é consultado em relação aos problemas da escola". Assim, a presença de oito escolas no município de Itacoatiara com conselho escolar em caráter consultivo, demonstra que ainda se faz necessário o entendimento e organização do conselho com base nos princípios da gestão democrática, assunto que será melhor explicado no próximo tópico.

3.2. Aspectos sobre a gestão democrática

A gestão democrática no âmbito das escolas públicas está prevista na Constituição Federal de 1988 e referendada na LDB e, comumente, é usada em discursos de políticos, profissionais da educação e movimentos sociais. Embora nos documentos legais não se tenha clareza da definição, a gestão pode ser considerada democrática quando em sua atuação segue os princípios da democracia que, por sua vez, é definida por Hora (2007):

> Aprendemos que a democracia é uma forma de governo que envolve a totalidade dos governados e a igualdade de oportunidades, na qual os cidadãos participam direta e plenamente das decisões sociais, por meio de mecanismos como a eleição de representantes para os cargos federais, estaduais e municipais, para conselhos e colegiados que determinam as políticas locais (Hora, 2007, p. 49).

A democratização da educação, nos projetos políticos, está ligada ao objetivo de garantir a todos o acesso e permanência nas escolas. Mas, analisando-se o conceito de democracia apre-

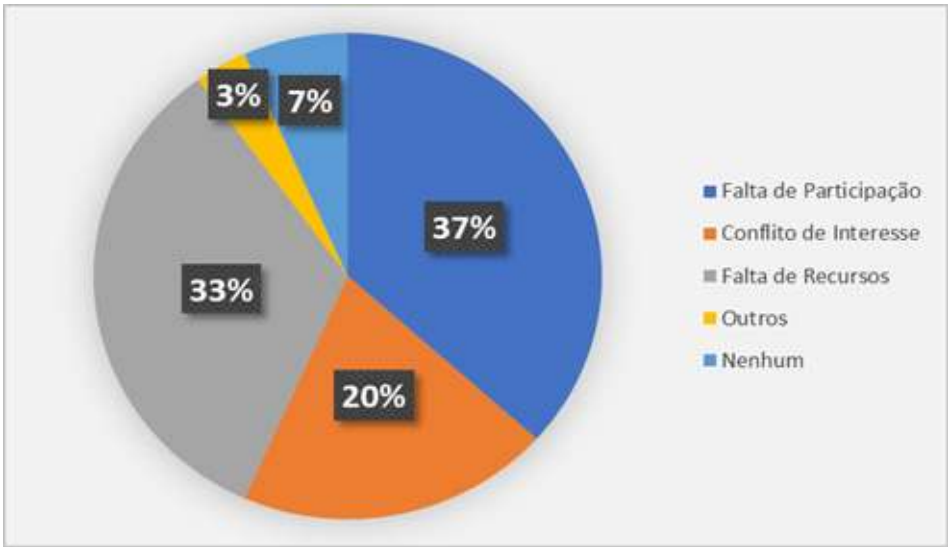
sentado por Hora (2007), a gestão democrática é mais ampla. Implica, além da permanência na escola, que se coloque em prática mecanismos que garantam aos pais, alunos/as, professores/as e comunidade local a participação na escolha do/a gestor/a escolar, na elaboração do projeto político pedagógico, nos conselhos escolares e na construção de um currículo que proporcione aos/às alunos/as a formação integral.

Sendo assim, na seção 4 do questionário respondido pelos/as gestores/as, abordou-se o tema Gestão Democrática, em que sete gestores/as acreditam que a gestão democrática é muito bem implementada na sua escola. Além dessas, 11 responderam que é bem implementada e uma disse ser parcialmente implementada.

Sobre as principais práticas adotadas para garantir a gestão democrática, todos/as os/as gestores/as responderam que buscam a participação ativa dos profissionais da educação e 95% também disseram buscar o envolvimento da comunidade escolar e transparência nas decisões.

O Gráfico 8 mostra os principais desafios enfrentados para a implementação da gestão democrática conforme as respostas dos participantes. A falta de participação aparece como o maior desafio enfrentado na implementação da gestão democrática, seguida da falta de recursos e do conflito de interesses.

Gráfico 8 – Principais desafios para implementar a Gestão Democrática.



Fonte: Elaborado pelos autores da pesquisa (2024)

Nesse tópico, 11 dos/as 19 gestores/as entrevistados/as, voltaram a citar a falta de participação dos/as professores/as e dos pais de alunos/as. Na Escola Tucunaré, o gestor 03 disse que "muitos professores/as só estão esperando a aposentadoria, até a SEMED tem dificuldade em implantar as metodologias ativas, porque eles, professores, não querem mudança".

Ademais, a relação que o gestor 03 fez entre implantar metodologias ativas com gestão democrática está ligada à ideia de que os/as professores/as mais antigos, aqueles que já estão próximos da aposentadoria, têm maior relutância às mudanças, resistindo em não mudar da gestão autocrática para a democrática, assim como resistem em não mudar da educação bancária para a problematizadora.

Há ainda outros aspectos que levam os/as professores/as a resistirem, tais como: reuniões com muita discussão e pouco resultado, dispersão de foco, opiniões baseadas em prejulgamentos etc. Nesse quesito, Carneiro (2018, p. 75) comenta que "[...] a escola precisa contar com professores e profissionais bem formados e não conformados, orientados pelo aceno de uma criticidade construtiva e pedagogicamente consistente".

Sendo assim, entre as práticas que poderiam ser adotadas para melhorar a gestão democrática na escola, 15 gestores/as responderam que falta maior envolvimento da comunidade local. Nas respostas sobre a falta de participação da comunidade, pôde-se notar que os/as gestores/as estavam falando da ausência dos pais nas reuniões bimestrais de pais e mestres, que trata da entrega do boletim, ou quando são chamados por algum problema acadêmico/disciplinar dos/as seus/uas filhos/as.

Sobre essa abertura da escola para a comunidade, Antunes (2002) afirma que:

> Certamente, ao serem abertas as portas da escola à comunidade, dificilmente pais e alunos travarão discussões com professores e direção sobre as ideias defendidas por Emília Ferreiro, por Vigotsky, por Piaget etc. ou pedirão a democratização das relações de poder presentes nas unidades escolares e nas redes de ensino. Tampouco exigirão que a escola forme o sujeito coletivo e crítico para intervir na sociedade de maneira a transformá-la. Não haverá o momento em que estaremos plenamente preparados para, com o apoio da escola–mas não só através dela -, começar a construir um país mais democrático e justo. Na largada, dispomos de alguns saberes, mas muitos serão construídos no processo. É preciso que não desanimemos com as dificuldades. Elas não podem ser vistas como obstáculos intransponíveis, mas como desafios à nossa capacidade de reagir frente às situações adversas (Antunes, 2002, p. 35).

Com base nesses obstáculos, falta à escola, aos/às gestores/as, pedagogos/as e professores/as, a convicção de que a comunidade seja capaz de coletivamente contribuir para a solução dos problemas da escola e da sociedade. Pais de alunos/as melhor poderão contribuir se a discussão começar por problemas concretos vividos pela comunidade e, a partir daí, buscarem a compreensão dos problemas da escola.

O Gráfico 9 mostra que apenas sete gestores/as acreditam que adotar a eleição para a gestor escolar poderia melhorar a gestão democrática.

Gráfico 9 – Medidas que poderiam melhorar a gestão democrática.



Fonte: Elaborado pelos autores da pesquisa (2024)

O objetivo dessa pergunta era observar a percepção dos/as atuais gestores/as sobre a participação das comunidades local e escolar na escolha do/a gestor/a. Contudo, quando questionados/as sobre o assunto, observaram-se diferentes respostas e várias reações por parte dos sujeitos participantes. Um exemplo é a gestora da Escola Pirarucu quando responde: "Por muito tempo eu defendi esta ideia de maneira ingênua, mas existe muita corrupção nisso aí. O meu marido é conselheiro tutelar e nas eleições do conselho a gente viu cada coisa...".

Outro exemplo é a gestora 05 da Escola Jaraqui que, quando indagada sobre esse assunto, dirigiu-se à secretária da escola e afirmou, sorrindo: "Eleição para diretor, já pensou?".

Outra resposta inusitada foi dada pelo gestor 03 da Escola Tucunaré. Este afirmou que também já foi defensor da ideia, mas levantou uma hipótese: "imaginem se o narcotráfico infiltrar um professor aqui na escola, quem vocês acham que vai ganhar a eleição?".

Vale ressaltar que se trata de uma escola localizada em área periférica da cidade, onde a disputa entre facções adentra os portões da escola e, segundo informações dadas pelo próprio gestor, alunos/as de diferentes facções levam faca, drogas e simulacro de arma de fogo para dentro da escola.

Tendo em vista estas respostas, percebe-se que há certos desconhecimentos sobre processos democráticos de gestão escolar, assim como um receio de que se o povo (comunidades escolar e local) tiver autonomia para escolher seus/uas gestores/as, isso pode levar a uma desordem. A partir do que analisa Freire (2021, p. 31) isso diz respeito ao "medo da liberdade". "[...] Se referem ao que chamamos de perigo da conscientização. A consciência crítica (dizem) é anárquica. Ao que outros acrescentam: Não poderá a consciência crítica conduzir à desordem?".

Hora (2007, p. 49) cita Apple e Beane para dizer que o exercício da democracia exige um conjunto de condições que devem ser adotadas, para garantir a participação dos cidadãos, dentre elas: "Fé na capacidade individual e coletiva de as pessoas criarem condições de resolver problemas". Por fim, os estudos do professor Paulo Assunção (2009, p. 63) sobre Escola e Poder no Estado do Amazonas, apontam que "A democratização do ensino e da escola só pode ser pensada vinculada à democratização da sociedade como um todo, como totalidade".

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão democrática, conforme estabelecida pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), é um princípio fundamental para a educação pública no Brasil. Assim, esta pesquisa buscou investigar a participação da comunidade escolar na elaboração do PPP e nos conselhos escolares, bem como observar a percepção dos gestores escolares acerca do princípio da gestão democrática.

Os dados coletados revelam que, embora todas as escolas possuam o PPP e a maioria tenha conselhos escolares atuantes, há desafios significativos a serem superados, a exemplo da falta de tempo e o que foi informado sobre a falta de interesse dos profissionais da educação.

Conclui-se que, apesar dos obstáculos, a gestão democrática pode ser fortalecida nas escolas por meio da participação das comunidades, adoção da seleção mista para diretor escolar (sele-

tivo mais votação), e maior conscientização dos/as professores/as a respeito do seu papel político, social e educacional. Estes esforços são essenciais para que a escola pública seja verdadeiramente um espaço de construção coletiva e cidadania ativa.

5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Paula Rodrigues de. **A formação do professor leitor**: dificuldades de leitura no ensino superior. Disponível em: https://sguweb.unicentro.br/app/webroot/arquivos/atsubmissao/Artigo_Final-5.pdf. Acesso em: 14 out. 2024.

ANJOS, Paulo Assunção Silva dos. **Escola e poder**: uma contribuição à crítica da gestão participativa do Estado do Amazonas. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

ANTUNES, Ângela. **Aceita um conselho?** Como organizar o colegiado escolar. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2002.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB Fácil**. 24. ed. São Paulo: Vozes, 2018.

FAILLA, Zoara (org.). **Retratos da leitura no Brasil.** 5. ed. São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 77. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

HORA, Dinair Leal da. **Gestão Educacional Democrática**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Texto para discussão**. Brasília; Ipea, 2017

LUCK, Heloísa. **A escola participativa**: o trabalho do gestor escolar. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento Dialógico**: Como construir o projeto político-pedagógico da escola. 7. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

Como citar – ABNT

LIMA, Luís Paulo da Silva; SILVA, Elinária Gurgel da; SILVA, Flávia Fernanda Santos. Gestão democrática: ações e desafios na educação do município de Itacoatiara/Amazonas. **Revista Poíesis Pedagógica**, Catalão/GO, Brasil, v. 23, e2025014, Dezembro, 2025. https://doi.org/10.69532/2178-4442.v23.74847

Como citar – APA

Lima, L. P. da S., Silva, E. G. da., & Silva, F. F. S. (2025). Gestão democrática: ações e desafios na educação do município de Itacoatiara/Amazonas. *Revista Poíesis Pedagógica*, *23*, e2025014. https://doi.org/10.69532/2178-4442.v23.74847

Apêndice – Informações sobre o artigo

Histórico editorial
Submetido: 25 de maio de 2025.
Aprovado: 30 de setembro de 2025.
Publicado: 13 de dezembro de 2025.

Conflito de interesse
Nada a declarar.

Declaração de disponibilidade de dados
Todos os dados foram apresentados/gerados no presente artigo.

Contribuição dos autores
Resumo/Abstract/Resumen: Luís Paulo da Silva Lima, Elinária Gurgel da Silva e Flávia Fernanda Santos Silva; **Introdução ou Considerações iniciais:** Luís Paulo da Silva Lima, Elinária Gurgel da Silva e Flávia Fernanda Santos Silva; **Referencial teórico:** Luís Paulo da Silva Lima, Elinária Gurgel da Silva e Flávia Fernanda Santos Silva; **Metodologia:** Luís Paulo da Silva Lima, Elinária Gurgel da Silva e Flávia Fernanda Santos Silva; **Análise de dados:** Luís Paulo da Silva Lima, Elinária Gurgel da Silva e Flávia Fernanda Santos Silva; **Discussão dos resultados:** Luís Paulo da Silva Lima, Elinária Gurgel da Silva e Flávia Fernanda Santos Silva; **Conclusão ou Considerações finais:** Luís Paulo da Silva Lima, Elinária Gurgel da Silva e Flávia Fernanda Santos Silva; **Referências:** Luís Paulo da Silva Lima, Elinária Gurgel da Silva e Flávia Fernanda Santos Silva; **Revisão do manuscrito:** Luís Paulo da Silva Lima, Elinária Gurgel da Silva e Flávia Fernanda Santos Silva; **Aprovação da versão final publicada:** Luís Paulo da Silva Lima, Elinária Gurgel da Silva e Flávia Fernanda Santos Silva.

Direitos Autorais
Os direitos autorais são mantidos pelos autores, os quais concedem à Revista Poíesis Pedagógica os direitos exclusivos de primeira publicação. Os autores não serão remunerados pela publicação de trabalhos neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicado nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista. Os editores da Revista Poíesis Pedagógica têm o direito de realizar ajustes textuais e de adequação às normas da publicação.

Open Access
Este artigo é de acesso aberto (***Open Access***) e sem cobrança de taxas de submissão ou processamento de artigos dos autores (***Article Processing Charges – APCs***). O acesso aberto é um amplo movimento internacional que busca conceder acesso online gratuito e aberto a informações acadêmicas, como publicações e dados. Uma publicação é definida como 'acesso aberto' quando não existem barreiras financeiras, legais ou técnicas para acessá-la–ou seja, quando qualquer pessoa pode ler, baixar, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou usá-la na educação ou de qualquer outra forma dentro dos acordos legais.

Licença de uso
Este artigo é licenciado sob a Licença **Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0)**. Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o artigo em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial nesta revista.

Verificação de Similaridade
Este artigo foi submetido a uma verificação de similaridade utilizando o software de detecção de texto **iThenticate** da Turnitin, através do serviço ***Similarity Check*** da Crossref.

Processo de avaliação
Revisão por pares duplo-cega (***Double blind peer review***).

Editora
Cláudia Tavares do Amaral

Editor Convidado
Carlos Augusto de Medeiros

Fomento
O artigo foi editado, diagramado e publicado com o apoio do auxílio financeiro concedido pela **FAPEG Edital nº 10/2023** – Programa de Apoio a Periódicos Científicos de Instituições de Ensino Superior do Estado de Goiás.

Publisher
Este artigo foi Publicado na **Revista Poíesis Pedagógica** vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da **Universidade Federal de Catalão - UFCAT**. A Revista Poíesis Pedagógica publica artigos de natureza técnico-científica, provenientes de estudos e pesquisas que ofereçam subsídios para o desenvolvimento do conhecimento educacional, propiciando um diálogo entre os diferentes campos da educação no Portal de Periódicos da UFCAT. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião do corpo editorial ou da referida universidade. Na **Avaliação CAPES (2017-2020)** a Revista Poíesis Pedagógica obteve **Qualis B1.**